

ESPLANADA GERAL

Ano XXIX Nº 474 | janeiro de 2018 | @sindsepdf (twitter) e facebook.com.br/sindsepdf | 3212-1900

2018
A **ORDEM** **É**
MANter **A**
RESISTÊNCIA



FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS!

ÍNDICE

PÁGINA 3

✓ **RETROSPECTIVA 2017:** o ano da Resistência

PÁGINAS 6

✓ **2018:** a ordem é manter a resistência e avançar nas conquistas

PÁGINA 8

GIRO NOS LOCAIS DE TRABALHO

- ✓ **FUNASA/MS CEDIDOS:** servidores lutam pela equiparação da Pasus
- ✓ **MS:** redução de horas e extensão da Gacem
- ✓ **MRE/MEC:** agentes de vigilância receberão novos uniformes
- ✓ **AGU:** luta pelo Plano de Carreira continua

PÁGINA 9

GIRO NOS LOCAIS DE TRABALHO

- ✓ **FUNAI:** sindicato homenageia servidores nos 50 anos do órgão
- ✓ **HFA:** sindicato leva demandas do setor à direção do hospital
- ✓ **ENAP:** GAEG para todos Imbel: vitórias na Justiça garantem direitos
- ✓ **EBSERH:** trabalhadores aprovam proposta de ACT 2018/2019
- ✓ **VALEC:** Sindsep negocia ACT 2017/2018
- ✓ **CONAB:** empresa empurra negociações de ACT para janeiro
- ✓ **Ex-GEIPOT:** servidores aprovam alteração na data-base

PÁGINA 10

SINDSEP-DF NA LUTA

- ✓ **INFORME JURÍDICO:** Pagamento semanal de ações vitoriosas
- ✓ **GEAP:** plano tem reajuste menor para filiados ao Sindsep-DF
- ✓ **FNDE:** Justiça ordena devolução dos dias da greve de 2010
- ✓ **IBAMA/FUNAI/INCRA/ICMBio/SEAD/MDS:** Comissão em defesa do serviço público
- ✓ **DIA DA MULHER:** Sindicato participa de ato conjunto

PÁGINA 11

SINDSEP-DF NA LUTA

- ✓ **PRISÃO ARBITRÁRIA:** contra a criminalização do movimento sindical
- ✓ **Greve de fome** contra a Reforma da Previdência

PÁGINA 12

- ✓ **Que venham mais 30 anos!**

EDITORIAL

Estamos no ano da virada!

Os trabalhadores brasileiros não assistem inertes ao ataque aos seus direitos como esperavam os golpistas. E a reação da classe trabalhadora levou no ano que passou aos sucessivos adiamentos da votação da Reforma da Previdência e a suspensão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da MP 805, que transferia de 2018 para o próximo ano os reajustes de diversos setores do funcionalismo e aumentava para 14% a alíquota da contribuição previdenciária de servidores que ganham acima do teto previdenciário.

O resultado da pressão dos trabalhadores dos setores público e privado, do campo e da cidade, representado nessas duas vitórias, revela uma possibilidade real dos reverter o quadro de ataques do governo golpista. Mas para isso, é imprescindível a manutenção da unidade e da mobilização, mesmo em tempos de aparente calma, visto que a votação da PEC 287 (Reforma da Previdência) já está agendada para 19 de fevereiro.

Por esta razão, o Sindsep-DF não tirou férias e permanece incansavelmente lutando em defesa dos direitos dos servidores e por um serviço público de qualidade que atenda às necessidades do povo brasileiro, contra as privatizações, o desmonte do Estado e o sucateamento dos órgãos federais, as demissões arbitrárias e as perseguições a sindicalistas, e toda e qualquer retirada de direitos dos trabalhadores.

É necessário lembrar que estamos em um ano eleitoral no qual, mais do que nunca, a classe trabalhadora e o movimento sindical devem apoiar candidaturas que tiverem a disposição e a firmeza de combater todo o retrocesso aos direitos dos trabalhadores e que se posicionem claramente em defesa da democracia. Neste sentido, a direção do Sindsep-DF, consciente do papel transformador da entidade e sem abrir mão de um sindicato autônomo, independente e democrático, afirma que eleição sem Lula é fraude.

E com isso, o sindicato como entidade suprapartidária não levanta a bandeira da eleição deste ou de qualquer outro candidato, mas defende abertamente que a Lava Jato não serve aos interesses da população brasileira e tampouco para combater a corrupção, como a mídia e o Judiciário golpista querem nos fazer acreditar, mas sim se revelou um processo partidário a serviço da burguesia nacional e internacional que hoje se beneficia com a retirada de direitos dos trabalhadores e a venda das riquezas do nosso país.

Portanto, vamos à luta! É hora virar o jogo!

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DISTRITO FEDERAL

SINDSEP-DF - END.: SBS, Qd. 1, bloco K, Ed. Seguradoras – 3º, 16º e 17º andares – TEL.: 3212-1900/9932-4791 – CONSELHO EDITORIAL: Secretaria de Comunicação e Imprensa: Carlos Henrique (coordenador), Fernando Martins Machado e Antônio Carlos Noieto Gama (adjuntos) e Secretaria-Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Antonio Clarete de Azevedo e Márcio Oliveira Santos (adjuntos) – JORNALISTA RESPONSÁVEL: Giselle do Valle (DF2361JP) – CAPA: Cristiano Porfirio – TIRAGEM: 5.000 – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br - OBS: o Sindsep-DF informa que esta publicação foi fechada no dia 03/01/2017.

2017:

o ano da resistência!

A palavra de ordem em 2017 foi resistência. Com o país sob o comando do golpista Michel Temer os trabalhadores passaram a sofrer uma sucessão de ataques aos seus direitos e às suas conquistas. Na luta contra a retirada de direitos, a classe trabalhadora, organizada pela CUT, e sindicatos filiados, como o Sindse-DF, e as demais centrais sindicais, em conjunto com os movimentos sociais e os estudantes, protagonizou mobilizações históricas, como a greve geral de 28 de abril – a maior do país que contabilizou a adesão de 40 milhões de pessoas em 150 cidades brasileiras –, e o Ocupa Brasília, marcha na Esplanada dos Ministérios que reuniu 200 mil pessoas no dia 24 de maio.



24/05: Ocupa Brasília leva 200 mil pessoas a Esplanada

▶ Trabalhadores barram a Reforma da Previdência

A unidade dos trabalhadores barrou o avanço da Reforma da Previdência (PEC 287/2016) na Câmara dos Deputados, forçando o governo por diversas vezes ao longo do ano a recuar na intenção de colocar o texto em votação no plenário. O projeto unifica os regimes previdenciários de celetistas e estatutários com o objetivo de alavancar a previdência privada;

eleva a idade mínima de aposentadoria para 62 anos (mulher) e 65 anos (homem) e para 40 anos o tempo de contribuição para aposentadoria integral, entre outras mudanças que representam o fim das aposentadorias (saiba mais na Pag. 8).

▶ STF mantém reajustes de 2018

Outra vitória que chegou já no final de dezembro de 2017 foi a concessão pelo Supremo Tri-

bunal Federal (STF) de liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5809 que suspendeu os efeitos da Medida Provisória (MP) 805, de 30 de outubro. Como parte do ataque direto do governo às conquistas e direitos dos servidores, a MP transferia de 2018 para 2019 o reajuste salarial previsto em lei de quase 30 carreiras do funcionalismo público, entre elas os ATPS, os médicos peritos do INSS, os servidores do DNIT e os analistas e técnicos do



28/04: Greve geral tem adesão de 90% dos servidores. Sindse-DF monta piquetes de convencimento nos órgãos

Banco Central. Além disso, a medida também trazia o aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11 para 14% sobre o valor que exceder o limite do teto previdenciário (R\$ 5,5 mil). A decisão do ministro Ricardo Lewandowski ainda será submetida a referendo do Plenário do STF após o término do recesso forense e a abertura do Ano Judiciário de 2018, mas já é comemorada pelos servidores.

► PDV fracassa

Os servidores também levaram a melhor na queda de braço com o golpista Temer contra a política de redução do poder do Estado, não aderindo como o esperado ao seu Programa de Demissão Voluntária (PDV), instituído pela MP 792, de 26 de julho, e regulamentado pela Portaria Normativa nº 291, de 13 de setembro. A MP perdeu a vigência no dia 28 de novembro, com a adesão de apenas 76 servidores. Mas o governo já anunciou que pretende reeditar o texto em 2018, que pode vir com mais pegadinhas que o atual. Baseado na falácia do “inchaço da máquina pública”, de acordo com análise da equipe técnica do Sindsep-DF, o PDV de Temer é ainda pior que o de FHC (1999-2002), pois nesta versão, o pagamento da indenização decorrente da adesão ao programa é realizado parceladamente, em quantidade correspondente à

divisão entre o valor do incentivo e o salário mensal do servidor.

Além disso, a remuneração considerada para o cálculo do valor da indenização exclui algumas rubricas do contracheque, como a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE); as Funções Comissionadas Técnicas (FCT); a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG); a Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP); a retribuição pelo exercício de função ou cargo de direção, chefia ou assessoramento, entre outras.

A MP também trazia regras para que o servidor ocupante de cargo efetivo possa requerer a redução da jornada de trabalho de oito horas diárias e 40 horas semanais para seis ou quatro horas diárias e 20 ou 30 horas semanais; e a licença incentivada

sem remuneração, com duração de três anos consecutivos, prorrogável por igual período. Ambos recheados de pegadinhas.

Para evitar que os servidores caíssem na armadilha de Temer, o Sindsep-DF lançou vários panfletos ao longo do ano esclarecendo as pegadinhas contidas na MP e na Portaria que a regulamentou. Todos podem ser acessados no site do sindicato. Nos textos, a direção do Sindsep-DF reafirmou a sua posição contrária ao PDV de Temer por considerar que esta é mais uma forma que o governo golpista encontrou para dar continuidade à política minimalista do Estado que reduz os serviços públicos e favorece a precarização das relações de trabalho por meio das terceirizações.

Série de panfletos contra o PDV



As maldades que o golpista Temer conseguiu emplacar

Mas 2017 também registrou alguns duros golpes contra os trabalhadores. O ano já começou com um grande desafio: romper as barreiras impostas pela

Emenda Constitucional 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016, e que pode ser considerada uma das maiores maldades do governo golpista. A EC reduz

drasticamente e de maneira progressiva investimentos em saúde, educação e áreas sociais e congela o salário dos servidores por 20 anos. Os impactos dessa medida

repercutiram negativamente sobre os trabalhadores ao longo de todo o ano.

O teto orçamentário previsto na emenda foi a principal justificativa do governo para o atraso no cumprimento das leis que determinam a incorporação escalonada das gratificações de desempenho aos proventos de aposentados e pensionistas, fruto da Campanha Salarial 2015, negociada ainda no governo Dilma. A incorporação da primeira parcela que deveria ter começado em janeiro de 2017 só teve início em setembro, após vários atos e protestos dos servidores organizados pelo Sindsep-DF, Condsef e CUT (saiba mais na página 7).

► EC 95 barrou a campanha salarial

A EC também foi a desculpa utilizada pelo governo golpista para emperrar as negociações da Campanha Salarial dos servidores federais. Somente após muita pressão do funcionalismo, o Planejamento recebeu as entidades sindicais, já em meados do mês de junho. Mas, alegando falta de previsão orçamentária, o governo foi enfático ao afirmar que não havia naquele momento possibilidade de abertura das negociações para reajuste salarial.

Na época, o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, voltou a declarar

mais uma vez que a posição do governo deixava claro o verdadeiro objetivo do golpe de Estado: a retirada de direitos dos trabalhadores e a precarização do serviço público para direcionar os recursos do Tesouro Nacional para pagamento de juros e serviço da dívida pública em detrimento da qualidade de vida do povo brasileiro. “Só nos resta intensificar a luta para restabelecer o Estado Democrático de Direito”, destacava Neves.

► Governo rasga a CLT

Outra maldade de Temer foi a sanção em 13 de julho da Reforma Trabalhista (Lei 13.467), que altera mais de 100 artigos da CLT causando enorme retrocesso aos direitos dos trabalhadores e extrema precarização das relações de trabalho. A reforma entrou em vigor em 11 de novembro e entre as alterações promovidas pela lei estão: o aumento da jornada para até 12h; a prevalência do negociado sobre o legislado (podendo o patrão aumentar carga horária e reduzir salário); a autorização para que gestantes e lactantes possam trabalhar em local insalubre; a criação do trabalho intermitente (propicia o pagamento de salário abaixo do mínimo ou mesmo de nenhum salário ao final do mês); além da anulação do poder da justiça do trabalho.

► Terceirização sem limites

Três meses antes, em 31 de março, atendendo ao projeto de precarização das relações de trabalho, o golpista Temer sancionou a Lei 13.429 que permite a terceirização irrestrita inclusive no serviço público, abre a torneira das subcontratações desenfreadas, fere ‘de morte’ os concursos públicos e anistia as empresas de todos os “débitos, penalidades e multas” relacionados às questões trabalhistas. Originária do PL 4302/98, de autoria de FHC, o texto foi desenterrado pelo governo golpista de Temer e aprovado pelos parlamentares, a despeito de todas as manifestações contrárias dos trabalhadores.

Mas os ataques de Temer, que encontrou apoio em um parlamento formado em sua maioria por corruptos que estão contra o povo brasileiro, não foram suficientes para calar os trabalhadores, que mais uma vez organizados pela CUT e sindicatos filiados deram início a uma campanha nacional de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela revogação das leis da Reforma Trabalhista e da terceirização sem limites. Até o momento, o Sindsep-DF coletou mais de 2 mil assinaturas para o projeto. Vale lembrar que no Brasil já foram revogadas 11 leis por meio desse instrumento de participação popular previsto na Constituição Federal.



Coleta de assinaturas para o PLIP

2018: a ordem é manter a resistência

Uma das principais tarefas da classe trabalhadora em 2018 é manter a unidade e a mobilização contra toda e qualquer retirada de direitos e na defesa intransigente de avanços não apenas para os trabalhadores, mas para toda a população brasileira, o que inclui defesa da soberania nacional, contra as privatizações, o desmonte do Estado e o sucateamento dos órgãos federais.

Outra missão dos trabalhadores é barrar a votação da Reforma da Previdência (PEC 287/2016), prevista para entrar na pauta do plenário da Câmara dia 19 de fevereiro.

Para isso, o Sindsep-DF convida todos os servidores a manterem a pressão sobre os deputados cobrando o voto contrário à PEC 287/2016 e reafirmando a deliberação do Congresso Extraordina-

rio da CUT: se botar pra votar, o Brasil vai parar!

Para ser aprovada em dois turnos no plenário da Câmara, são necessários 308 votos a favor. O governo ainda não tem esse número de votos, por isso, tem retirado o texto da pauta.

Para que o texto permaneça sem os votos necessários, o Sindsep-DF continuará em 2018 as ações na Câmara dos Deputados para o convencimento dos parlamentares indecisos.

No DF, o placar atual, após intervenções do Sindsep-DF e das demais entidades sindicais representativas dos trabalhadores, em conjunto com os movimentos sociais, é de 5 x 3 contra à PEC. Na primeira contagem, realizada em 6 de dezembro, apenas



12/12/2017: Direção do Sindsep-DF visita parlamentares pelo apoio aos trabalhadores, contra à Reforma da Previdência

a deputada federal Érika Kokay (PT) havia declarado o voto contrário à reforma.

Após a visita da direção do sindicato aos oito parlamentares do DF, em 12 de dezembro, outros quatro declararam voto a favor do trabalhador. No entanto, três ainda não pronunciaram seu voto (veja quadro abaixo). Por isso, o trabalho de convencimento deve continuar. Você, servidor, também pode e deve entrar em contato com os indecisos para exigir que votem contra a Reforma da Previdência.

Virada de 5 x 3 para os trabalhadores

Deputados que se declaram contrários à Reforma da Previdência



Erika Kokay - PT



Rogério Rosso - PSD



Laerte Bessa - PR



Augusto Carvalho - SD



Rôney Nemer - PR

Deputados que ainda não declararam o seu voto



Alberto Fraga - DEM
(61) 3215-5511

dep.albertofraga@camara.leg.br



Izalci Lucas - PSDB
(61) 3215-5602

dep.izalcilucas@camara.leg.br



Ronaldo Fonseca - PROS
(61) 3215-5223

dep.ronaldofonseca@camara.leg.br

Vem pra luta! Ligue e envie e-mail para esses parlamentares

ênica e avançar nas conquistas

Além de barrar a Reforma da Previdência, os servidores também tem a importante missão de lutar pelas seguintes conquistas:

✓ **Revogação da EC 95**

A Emenda Constitucional 95/2016 congela o salário dos servidores por 20 anos e limita os investimentos em saúde, educação e demais ações sociais, enquanto mantém sem restrições o superávit primário – recurso destinado ao pagamento dos juros da dívida pública.

Não bastasse isso, a emenda ainda autoriza a venda e a exploração das riquezas do País, como o pré-sal, minérios, energia elétrica e outros, colocando em risco a soberania nacional. Além

disso, a EC também é utilizada pelo governo golpista como argumento para entravar as negociações da campanha salarial.

✓ **Manutenção da estabilidade**

Outro projeto extremamente nefasto ao serviço público é o PLS 116/2017, em tramitação no Senado, e que prevê a perda do cargo público por insuficiência de desempenho, através de avaliações anuais baseadas em fatores subjetivos, como relacionamento pessoal, inovação, capacidade de iniciativa, entre outros.

Além de perseguições de chefias, tais avaliações, na prática, abrem caminho para que a União, estados e municípios “enxuguem” o quadro efetivo de pessoal para a contratação de terceirizados, beneficiando os empresários que investiram na aprovação da Lei 13.429/2017,

a qual possibilita a terceirização de áreas fins no serviço público e precariza ainda mais as relações de trabalho.

✓ **Manutenção dos reajustes**

Exigir do Supremo Tribunal Federal (STF) a manutenção da suspensão da Medida Provisória 805/17 é outra missão da categoria. A MP revoga reajustes previstos para 2018 de diversas categorias e ainda aumenta para 14% alíquota previdenciária de servidores.

Os servidores ainda precisam ficar atentos para os projetos do Executivo, pois o presidente golpista já anunciou a intenção de fixar a remuneração de entrada no serviço público em R\$ 2,8 mil para cargos de nível médio e em R\$ 5 mil para nível superior.

■ **ATENÇÃO APOSENTADOS E PENSIONISTAS**

Prazo para opção pela incorporação das GDs termina em 2018

Atenção aposentados e pensionistas, a incorporação das Gratificações de Desempenho aos proventos não é automática. O prazo para os aposentadores e pensionistas aderirem à incorporação se encerra em 31 de outubro de 2018. Para fazer a opção pela incorporação, o beneficiário deve procurar o RH do órgão de lotação. Depois de assinada, a opção pela incorporação não pode ser cancelada. A opção é uma exigência para que a incorporação aconteça e não é possível manifestação de opção posterior às previstas nas leis.

Para os servidores que ainda

estão na ativa, a opção pode ser feita no momento da aposentadoria. O mesmo vale para as novas pensões. A assessoria jurídica do Sindsep-DF recomenda a opção pela incorporação, exceto se o beneficiário tiver ação judicial para paridade em curso ou já tiver ganhado processo. Neste caso, o beneficiário deve procurar o jurídico do sindicato para avaliar o caso.

Tem direito à incorporação aposentados, pensionistas e os servidores ativos que fazem jus à garantia de paridade e integram os cargos e planos de carreira constantes nas Leis 13.324, 13.325, 13.326, 13.327 e 13.328/16, desde

que tenham recebido a GD, quando na ativa, por no mínimo 60 meses (5 anos). O cálculo do valor a ser incorporado tem como base a média dos pontos da GD dos últimos 60 meses (5 anos) de atividade do servidor. A incorporação é gradual: a) a partir de 1º de janeiro de 2017 – 67% do valor a ser incorporado; b) a partir de 1º de janeiro de 2018 – 84% do valor a ser incorporado; c) a partir de 1º de janeiro de 2019 – o valor integral a ser incorporado. Vale ressaltar que as leis não preveem o pagamento retroativo. O beneficiário passa a perceber os valores a partir do momento que formaliza a opção.

As lutas e vitórias dos servidores e empregados públicos

Além das lutas gerais da classe trabalhadora, os servidores e empregados públicos federais, organizados pelo Sindsep-DF, travaram batalhas junto às direções de seus órgãos em defesa de seus direitos. Foram reuniões, assembleias, atos e outras atividades que são lembradas aqui com o objetivo de injetar ânimo novo para enfrentar os desafios que virão em 2018, os quais só poderão ser superados com unidade, garra e persistência. Vamos à luta!

☐ Funasa/MS cedidos: servidores lutam pela equiparação da Pásus

Os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde cedidos ao GDF realizaram no dia 09 de novembro um ato (foto) na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para cobrar a equiparação da Parcela Autônoma de integração ao Serviço Único de Saúde do DF (Pásus-DF). A reivindicação foi incluída relatório do Orçamento de 2018 pelo distrital Agaciél Maia (PR), mas a votação das emendas ao orçamento ficou para 15 de janeiro. A direção do Sindsep-DF orienta os servidores a continuarem atendendo às convocações do sindicato para fortalecer a luta pela equiparação da PASUS.



☐ MS: redução de horas e extensão da Gacem

Os servidores do Ministério da Saúde estão em luta para reduzir carga horária semanal de 40 para 30 horas. Um abaixo-assinado da categoria foi entregue pelo Sindsep-DF ao ministro da Saúde, Ricardo Barros, dia 28 de setembro. Na ocasião, os sindicalistas também cobraram a publicação do Grupo de Trabalho para tratar da extensão da Gacem para todos os servidores de campo e para discutir uma nova forma de reajuste da gratificação.

☐ MRE/MEC: agentes de vigilância receberão novos uniformes

Os agentes de vigilância do Ministério das Relações Exteriores (MRE) devem receber até o final de janeiro de 2018 os novos uniformes (ternos completos), conforme compromisso assumido pela embaixadora Sônia Gomes, diretora-geral de Administração do órgão, em reunião realizada em dezembro passado com representantes do Sindsep-DF. Há quatro anos os vigilantes não

recebem uniformes. Outras demandas também foram conquistadas, como a reforma da sala de apoio, pagamento de adicional noturno e de horas-extras quando autorizadas. Já os agentes de vigilância do Ministério da Educação (MEC) que estão a mais de três anos sem reposição dos uniformes, devem receber os novos uniformes no primeiro semestre de 2018.

☐ AGU: luta pelo Plano de Carreira continua

Os servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) permanecem em luta pelo PEC-AGU. O projeto está em tramitação no Congresso Nacional e a expectativa é que seja votado no início de 2018.

Funai: sindicato homenageia servidores nos 50 anos do órgão



O Sindsep-DF prestigiou as comemorações dos 50 anos da Funai em 2017 com faixa e panfleto ressaltando a importância do órgão indigenista, em repúdio à CPI da Funai/Incrá, e em defesa do Plano de Carreira Indigenista. A coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora, Thereza Chistina de Alencar Silveira, que também é servidora da Funai, participou das atividades comemorativas dos 50 anos representando o sindicato.

HFA: sindicato leva demandas do setor à direção do hospital

Representantes do Sindsep-DF reuniram-se com a direção do Hospital das Forças Armadas (HFA) no dia 26 de outubro, para tratar das demandas dos servidores e empregados públicos do órgão. Foram tratados temas como a realização de concurso público; PDV; extensão da carga horária de 30 horas para todos os servidores do hospital; agilização do atendimento emergencial infantil dos dependentes dos trabalhadores do hospital; entre outros assuntos.

ENAP: GAEG para todos

Grças a intervenção do Sindsep-DF, os servidores recém-concursados da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), empossados no final de 2016, conquistaram no ano de 2017 a extensão da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG).

Imbel: vitórias na Justiça garantem direitos

Em 2017, os trabalhadores da Imbel tiveram duas importantes vitórias na Justiça. Em janeiro foi suspensa a sindicância da conduta do trabalhador Eneias Alencar de Araújo, a qual foi instaurada pela Portaria nº 404-VPRESI/2016-IMBEL, após o empregado público ter ingressado com ação denunciando o assédio moral sofrido no ambiente de trabalho. Em outra ação, foi julgada ilegal a redução do valor do auxílio-alimentação dos trabalhadores, sendo restabelecido os valores de R\$ R\$ 33,00 para os trabalhadores de Brasília-DF, e de R\$ 26,40 para os do município de Piquete/SP.

Ebserh: trabalhadores aprovam proposta de ACT 2018/2019

Em 21 de setembro, os trabalhadores da Ebserh/HUB ratificaram a participação do Sindsep-DF nas negociações do ACT 2017/2018 e autorizaram a Condsef/Fenadsef a negociar o acordo com o intermédio do Tribunal Superior do Trabalho (TST). No dia 20/12, o setor aprovou em Encontro Nacional a proposta de ACT 2018/2019. A campanha salarial do setor será lançada em 18 de janeiro. A data-base é em 1º de março.

Valec: Sindsep negocia ACT 2017/2018

A direção da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A entregou dia 12 de janeiro a proposta da empresa para o ACT 2017/2018. O Sindsep-DF agendará assembleia em janeiro para deliberação sobre o documento. A proposta dos trabalhadores foi entregue à empresa em 5 de setembro. A vigência do ACT é de 1º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018. O setor conquistou na Justiça o direito ao gozo dos feriados dos Dias do Evangélico (30/11) e do Servidor Público (28/10).

Conab: empresa empurra negociações de ACT para janeiro

Em reunião dia 14 de dezembro, a direção da Conab informou à Fenadsef, Fisenge e Asnab-CNTC a rejeição de mais uma proposta apresentada pelos empregados e as negociações do ACT foram transferidas para janeiro.

Ex-GEIPOT: servidores aprovam alteração na data-base

Os trabalhadores do extinto GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes) aprovaram em 2017 alteração da data-base para todo 1º de maio, com isso, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017, com vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro, passa a ter vigência de 16 meses.

INFORME JURÍDICO

Pagamento semanal de ações vitoriosas

Todas as terças e quintas-feiras dezenas de servidores ativos, aposentados e pensionistas filiados ao Sindsep-DF são convocados a comparecerem na Secretaria de Assuntos Jurídicos para receber valores devidos de ações vitoriosas movidas pelo sindicato.

Segundo o coordenador da pasta, João França Lopo, os pagamentos são referentes a ações diversas, individuais e coletivas, que o sindicato vem ganhando na Justiça em favor de seus filiados. "Assim que a Justiça informa a liberação do pagamento, nossos funcionários entram



17/10: Dr. Guilherme Machado (centro), da assessoria jurídica do sindicato, com filiados que vieram receber ações vitoriosas

em contato com os beneficiários e agendam o recebimento", informou Lopo.

É importante ressaltar que a mensalidade sindical é de somente 1% da remuneração e o sindicato não cobra custo adicional para acesso à assistência jurídica em questões trabalhistas. É o sindicato quem arca com todas

as custas e despesas judiciais das ações, e no caso de processos na Justiça Federal, o sindicato arca com os honorários de sucumbência, caso não logre êxito. No caso de ação vitoriosa, o filiado paga apenas 10% de honorários advocatícios, sendo que 2% são revertidos para o Fundo de Assistência Jurídica do Servidor.

FNDE

Sindsep-DF ganha na Justiça a devolução dos dias da greve de 2010

No início de abril, o Sindsep-DF voltou a cobrar da direção do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o cumprimento do Mandado de Segurança concedido ao sindicato em favor dos servidores do órgão, para que sejam devolvidos em folha de pagamento os valores descontados no contracheque dos servidores em função da greve de 2010. O Mandado de Segurança foi concedido em 2010, mas o FNDE recorreu da decisão e perdeu em todas as instâncias, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Sendo assim, e como não cabem mais recursos contra a decisão do Tribunal Regional Federal (trânsito em julgado), o sindicato cobrou celeridade no cumprimento da decisão da Justiça.

GEAP/ASSEFAZ E CAPESAÚDE

Sindicato reduz reajuste para os seus filiados

Pelo segundo ano consecutivo, o Sindsep-DF conseguiu reduzir os aumentos do plano de saúde da GEAP para os seus filiados. Em 2016, o aumento caiu de 37,55% para 20%. Em 2017, o reajuste de 23,44% imposto pela fundação foi reduzido para 13,57%.

ASSEFAZ E CAPESAÚDE: em 2017, o

sindicato também entrou com ações semelhantes na Justiça contra os reajustes abusivos da Assefaz e da Capesaúde. Nas ações, o sindicato pede que seja adotado o percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como base de cálculo do reajuste, o qual não ultrapassa

5%, e que o teto para o aumento seja 13,57%, índice de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para os planos individuais e familiares.

As ações beneficiam exclusivamente os filiados ao sindicato. Para os novos filiados, o sindicato ingressa com novas ações.

Ibama/Funai/Inkra/ ICMBio/SEAD/MDS Comissão em defesa do serviço público

O Sindsep-DF criou uma Comissão em defesa dos serviços públicos que conta com representantes dos servidores do Ibama, Funai, Inkra, ICMBio, SEAD e MDS, órgãos que vêm sofrendo com a política de desmonte e Estado mínimo. Os trabalhos estão em fase de elaboração de diagnóstico de cada órgão.

Dia da Mulher Sindicato participa de ato conjunto

Em 2017, o Sindsep-DF integrou o ato unificado dos movimentos sociais pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

8 de março

**Mulheres
trabalhadoras
contra a
Reforma da
Previdência!**

FORA TEMER! NENHUM DIREITO A MENOS!

30 ANOS SINDSEP-DF

PRISÃO ARBITRÁRIA

Contra a criminalização do movimento sindical



20/06/2017: secretário-geral Oton Pereira Neves recebe ordem de prisão

Além da luta geral, em 2017 o Sindsep-DF travou uma batalha contra a criminalização do movimento sindical, que teve o seu auge na prisão arbitrária do secretário-geral Oton Pereira Neves, dia 20 de junho, durante assembleia em frente ao Ministério do Meio Ambiente.

Autuado por desobedecer a uma ordem policial, sob a alegação de ilegalidade na utilização do carro de som, Neves poderia receber pena de detenção de quinze dias a seis meses, e ser obrigado a pagar multa. Mas após audiência de conciliação em 17 de

agosto, no qual o secretário-geral se recusou a firmar acordo para o pagamento de cinco cestas básicas, como pena alternativa, o Segundo Juizado Especial Criminal de Brasília mandou arquivar o processo sob o argumento de que os fatos noticiados “não traduzem qualquer tipo penal”. Além da CUT e da Condsef/Fenadsef, diversas entidades sindicais do País manifestaram apoio e solidariedade ao sindicato.

Também são vítima da política de perseguição a sindicalistas os diretores Dimitri Assis Silveira (coordenador da Secretaria

da Juventude Trabalhadora), servidor do Ministério da Educação (MEC), que responde a Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no órgão, cujo parecer final no fechamento desta edição ainda não estava disponível para acesso; e Antônio Carlos Noleto Gama (adjunto na Secretaria de Comunicação e Imprensa), servidor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), foi demitido do serviço público em 2016, após responder a um PAD eivado de erros, cujo recurso de anulação da demissão aguarda julgamento no Superior Tribunal.

Greve de fome contra a Reforma da Previdência

Em protesto à Reforma da Previdência, trabalhadores camponeses integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) realizaram greve de fome de dez dias. Em quase todo o período, eles acamparam no Salão Verde da Câmara dos Deputados. A greve foi iniciada em 5 de dezembro e suspensa no dia 14, após a confirmação de que a votação da PEC 287/2016 ficou para fevereiro de 2018.

Participaram da greve: frei Sergio Gorgen, Josi Costa, Leila Denise Meurer, Simoneide de Jesus, Rosângela Piovizani e Rosa Jobi. O Sindsep-DF foi solidário ao movimento e por diversas vezes, o secretário-geral Oton Pereira Neves visitou o acampamento dos grevistas.

Sindsep-DF se solidariza com trabalhadores camponeses em greve de fome



Que venham mais 30 anos!



O ano de 2017 também marcou as comemorações dos 30 anos do Sindsep-DF, fundado em 28 de agosto de 1987. Para celebrar, o sindicato promoveu uma série de atividades e ao longo de todo o ano.

◆ Festa show

No dia 1º de setembro, o sindicato realizou a já tradicional festa show de aniversário, no Minas Hall. Milhares de servidores e suas famílias atravessaram a madrugada dançando e se divertindo ao som da banda Squema 6 e dos cantores Márcio Brasil e Rosemaria.

◆ Revista

Em 19 de setembro, um ato político lançou a Revista do Sindsep-DF - Edição Especial 30 anos. Disponível em versão impressa e online, a publicação de 52 páginas reúne depoimentos de ex-dirigentes, fundadores e militantes sindicais, além do resgate da história do sindicato.

O secretário de Comunica-

ção e Imprensa, Carlos Henrique Bessa Ferreira, ressaltou que a publicação é uma oportunidade de revisitar o passado do sindicato. "Este resgate da nossa formação é também uma oportunidade de projetar novas conquistas para os servidores e o sindicato".

O secretário-geral Oton Pereira Neves afirmou que a revista marca o enfrentamento a severos ataques aos direitos dos servidores e de toda a classe trabalhadora. "No momento em que é publicada, o povo brasileiro enfrenta uma crise política das mais graves. Um golpe de Estado não apenas contra uma presidenta legitimamente eleita, mas contra o povo e a nação".

◆ Sessão solene

O Sindsep-DF também foi homenageado pelos seus 30 anos em Sessão Solene na Câmara dos Deputados, dia 10 de novembro. Na solenidade, requerida pela deputada Érika Kokay (PT/DF), foi exibido vídeo institucional de

celebração dos 30 anos.

Além da deputada e de Oton Pereira Neves, compuseram a mesa da sessão: Rodrigo Brito (presidente da CUT Brasília), Sérgio Ronaldo (secretário-geral da Condsef/Fenadsef), Ismael José César (diretor da CUT Nacional e ex secretário-geral do Sindsep-DF) e Jacy Afonso (um dos fundadores do Sindsep-DF). A íntegra da solenidade está disponível em vídeo no canal do sindicato no Youtube.

◆ Debates

Ainda como parte das comemorações dos seus 30 anos, o Sindsep-DF realizou os debates: "PEC 287: Reforma ou Extinção da Previdência?", em 9 de fevereiro no auditório Francisco Zóccoli; "O futuro do servidor público", dia 10 de agosto no Espaço do Servidor; e "Os 100 anos da Revolução Russa e seu Impacto na Realidade Atual", dia 27 de outubro na sede do sindicato.